



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES



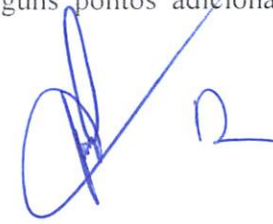
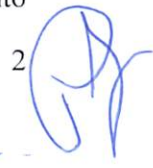
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (PLE 173/2025)
1ª SESSÃO LEGISLATIVA
20ª LEGISLATURA

09 de junho de 2025

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e cinco, por convocação da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, realizou-se, no Auditório Bahia Center - Anexo Vereador Emmerson José da Câmara Municipal de Salvador, situado na Rua Ruy Barbosa, 23, Centro, nesta capital, a Audiência Pública para apresentação do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o exercício de 2026 do Município de Salvador (PLE n.º 173/2025 – “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências”), em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Marcaram presença os vereadores **Daniel Alves** – Presidente da Comissão, **Paulo Magalhães Júnior** – Vice-presidente, **Kel Torres**, **Marta Rodrigues** (membros), **Hamilton Assis**, **Randerson Leal** e **Ricardo Almeida**, o Chefe da Casa Civil, **Luiz Carreira**, o Subchefe de gabinete da Casa Civil, **Moysés Andrade**, a Assessora Especial da Casa Civil, **Ana Nery Reis**, a Diretora Geral de Orçamento, **Virgínia Porto**, além de outras autoridades e membros da sociedade civil. Dando início aos trabalhos, o Presidente Daniel Alves declarou aberta a audiência e informou que a TV e Rádio Câmara faria a transmissão do evento nos canais oficiais da Casa. Feitas as devidas apresentações das autoridades e lideranças comunitárias presentes, passou-se a palavra ao Chefe da Casa Civil, Luiz Carreira, o qual inicialmente falou da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do seu papel na construção do orçamento e dos parâmetros utilizados na sua elaboração. Fez algumas considerações sobre temas ligados ao objeto da apresentação. Destacou, ainda, o papel da Câmara no processo de apreciação do orçamento. Em seguida, a Diretora de Orçamento da Casa Civil, Virgínia Porto, em continuidade à apresentação, frisou as atribuições da LDO na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000. Detalhou as etapas de elaboração desse projeto, notadamente os cenários micro e macroeconômico em que foi concebido, a estimativa da receita, a projeção da despesa, o estabelecimento das metas

fiscais e a definição dos programas e ações prioritárias. Adentrando na estimativa da receita, falou a respeito das operações de crédito internas e externas contratadas pelo município e dos programas que elas financiam. Continuou a exposição falando dos resultados primário e nominal e das margens de endividamento e capacidade de pagamento do município, bem como da estimativa e compensação da renúncia de receita. Por fim, apresentou o anexo de prioridades e metas de forma detalhada, informando os eixos norteadores e a previsão dos programas e ações a serem implementados, bem como sua regionalização. Terminadas as falas iniciais e abrindo a sessão de perguntas, o vereador Daniel Alves questionou à equipe da prefeitura como seria o trâmite para a contratação de operações de crédito por parte da Prefeitura Municipal. Luiz Carreira explicou que, quando a prefeitura encaminha à Câmara a mensagem e o projeto de lei com a solicitação de autorização para a contratação de operações de crédito, há um certo detalhamento da operação, com exposições de motivos, ainda que genéricos em alguns casos, tendo em vista que é feita uma estimativa por parte da prefeitura para a construção dos programas que visa executar, não se tendo no momento do envio do projeto ao Legislativo todo o detalhamento da operação a ser implementada. Outra questão que também pode surgir é a não execução de todo o montante contratado, por motivos que podem surgir ao longo do processo de execução. Segundo ele, isso reflete diretamente no cálculo do resultado primário. Ressaltou que todos os programas que foram objetos de operações de crédito estão detalhados no portal da transparência do município. Na sequência, passou-se a palavra à edil Marta Rodrigues, a qual, após agradecer à Diretora pela apresentação e ao Chefe da Casa Civil pelos esclarecimentos, salientou que esse é um momento de fundamental importância para os vereadores e para a população conhecerem o orçamento e a prioridades que estão sendo colocadas para a cidade. Informou que este ano especialmente a peça orçamentária está mais “enxuta” que nos anos anteriores, uma vez que não consta no projeto as metas e ações específicas, tendo em vista o projeto do Plano Plurianual que chegará à Câmara no próximo mês de agosto. Dando seguimento, salientou que está prevista para o próximo ano cerca de R\$ 120 milhões em isenções fiscais e no ano corrente foram aprovados R\$ 79 milhões. Questionou quais seriam as contrapartidas sociais e econômicas que tais isenções estariam trazendo para a cidade. Além disso, indagou quais seriam as estratégias utilizadas para sanar os déficits apresentados no Regime Próprio de Previdência Social do Município constantes das últimas prestações de contas. Por fim, destacou alguns pontos adicionais: endividamento

    2

crescente do município, queda nos investimentos e não execução dos valores previstos nas peças orçamentárias. O chefe da Casa Civil destacou a importância dos apontamentos feitos pela parlamentar, tendo em vista que são essas ações que levam a prefeitura a sempre manter-se dentro dos limites estabelecidos pelas normas vigentes. Quanto ao endividamento municipal, destacou que Salvador faz um “endividamento bom”, dentro dos parâmetros fiscais estabelecidos, direcionado a investimentos na cidade, de forma a adiantar benefícios que só se realizariam posteriormente caso não houvesse a contratação de tais operações. Pontuou que a saúde financeira de Salvador atualmente é reconhecida nacional e internacionalmente, o que credencia a cidade a fazer uso desse tipo de instrumento de crédito. Em relação ao resultado primário, asseverou que, quando há utilização de recursos de poupança feita ao longo dos anos, essa receita não entra na conta, uma vez que só são contabilizadas as despesas, o que justificaria o resultado negativo. Quanto às isenções fiscais, salientou que os montantes não são tão significativos se comparados proporcionalmente aos verificados no Estado e Na União. Salientou que tais renúncias são feitas seletivamente, tomando como base programas específicos e sempre visando o bem maior da cidade. Como exemplo de projetos implementados nessa linha, citou alguns programas desenvolvidos pelo município, como o IPTU verde, o IPTU amarelo e o Renova Centro. O próximo a falar, o vereador Kel Torres pontuou que um dos compromissos como vereador é a fiscalização dos gastos públicos e Salvador está de parabéns em relação a sua saúde financeira e transparência. Elogiou a construção do Centro de Convenções e os investimentos que essa obra trouxe para a cidade. O edil Paulo Magalhães Jr. elogiou a atuação da Prefeitura e disse que a cidade está um verdadeiro canteiro de obras. Segundo ele, essa mudança que se vê na capital é resultado do trabalho minucioso e de muito estudo da equipe da Casa Civil, liderada pelo secretário Luiz Carreira. O edil Hamilton Assis mostrou-se preocupado com a redução das desigualdades sociais no município. Segundo ressaltou, a política fiscal adotada não contribui para a redução dessas desigualdades. Salientou ainda a questão da remuneração dos servidores públicos, em especial dos professores da rede municipal, os quais, segundo ele, vem sofrendo com a política salarial implementada pelo Poder Executivo do município. Frisou que a administração de Salvador faz caixa para bancar o desenvolvimento da cidade com o arrocho salarial dos servidores públicos. Em resposta ao parlamentar Hamilton Assis, o comandante da Casa Civil ressaltou que não há política de austeridade salarial e que as despesas com pessoal vêm aumentando ano após ano.

    3

Considerou, nesse ponto, a opinião do edil mais política que técnica, uma vez que, segundo afirmou, não há indicativo nas contas governamentais que apontem nesse sentido. Dando seguimento aos questionamentos, o vereador Randerson Leal inicialmente elogiou o caráter participativo da audiência e o papel fiscalizatório exercido pela Casa Legislativa. Parabenizou o Secretário da Casa Civil pela presença no evento. Segundo informou, em diversas outras audiências públicas das quais participou na condição de parlamentar, nunca verificou a presença de outro Secretário Municipal entre os participantes. Disse ser de extrema importância essa interlocução entre os poderes. Nesse sentido, cobrou o Secretário de Educação do município para participar de audiência com a Câmara e esclarecer os pontos referentes às reivindicações dos professores municipais que se encontram em greve. O representante da pasta executiva parabenizou a sensatez das colocações do parlamentar e disse que vê com bons olhos essa participação de representantes do Executivo para a discussão com o Poder Legislativo de matérias importantes para a cidade. Frisou que, desde quando faz parte da equipe da prefeitura, mostrou-se sempre solícito às convocações. Na sequência, abriu-se à participação do público presente. Aurelino Sales, assessor do vereador Téo Senna, na condição de ostomizado, aduziu que, apesar de Salvador contar com um centro especializado no atendimento de pessoas com deficiência, não vem conseguindo atendimento nesse local, uma vez que o centro abarca todos os tipos de deficiências e não comporta a demanda por atendimentos. Solicitou que seja considerada pela prefeitura a disponibilização de centro especializado para atendimento de pessoas ostomizadas. Em resposta, o secretário da pasta pontuou que a prefeitura já direciona parte considerável do orçamento para essa área e que já houve significativa ampliação da rede, mas que ainda vê necessidade de otimização do sistema para oferecer um serviço cada vez melhor às pessoas. Informou ainda que levará a questão ao conhecimento do Secretário de Saúde para tentar melhorar a prestação do serviço e fortalecer a rede de atendimento. Não havendo mais participação da população presente, o vereador Ricardo Almeida requereu a palavra para solicitar à Casa Civil que encaminhe ao Secretário de Saúde a solicitação de que utilize e transforme equipamentos públicos já existentes em centro de referência para tratamento de pessoas com fibromialgia, com atendimento conjunto para todas as comorbidades vivenciadas por elas, tendo em vista a questão peculiar que enfrenta essa parcela da população. Foi respondido ao parlamentar que suas demandas seriam levadas ao conhecimento do prefeito e do Secretário de Saúde. Dando seguimento, a edil Marta Rodrigues, diante das questões



4



**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**



trazidas pelos vereadores Hamilton Assis e Randerson Leal, reforçou a solicitação de convite ao Secretário de Educação para discutir com os parlamentares as matérias referentes aos educadores municipais. O representante da Casa Civil colocou-se à disposição para fazer essa interlocução junto aos secretários setoriais e ao prefeito. Agradeceu a todos os presentes pela atenção e pelas colocações durante o evento. Por fim, nada mais havendo a tratar, o presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, vereador Daniel, parabenizou a nova Diretora da Casa Civil pela apresentação, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a audiência.

DANIEL ALVES
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS,
ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PAULO MAGALHÃES JR.

MARTA RODRIGUES

KEI TORRES